



Estados devem entrar na reforma da Previdência em PEC paralela

Servidores de estados e municípios constavam da versão original proposta pelo Executivo, mas foram excluídos no substitutivo da comissão especial da Câmara. As mudanças sugeridas pelos senadores devem estar em outra proposta de emenda à Constituição

A inclusão dos servidores públicos estaduais e municipais na proposta da reforma da Previdência Social deve ser feita no Senado por meio de uma segunda PEC, que tramitará paralelamente à principal. Segundo Tasso Jereissati, relator da comissão especial que acompanha a reforma, o texto principal já aprovado, em primeiro turno, na Câmara dos Deputados deverá ser acatado pelos senadores no próximo semestre.

Desde maio o Senado articula com os governadores pautas de interesse dos estados, como a aplicação das novas regras previdenciárias para eles de imediato. O apoio à inclusão é tido como consenso. Mesmo senadores do PT, partido que se opõe à maior parte da proposta do governo, estão de acordo com a ideia da PEC paralela. No entanto, esperam que os senadores também contribuam com mudanças no texto principal que veio da Câmara. **3**



Segundo Tasso Jereissati (D), Davi Alcolumbre endossa a ideia de o Senado apresentar outra PEC para estados e municípios

Gerardo Mangel/Agência Senado — 6/6/2019

Gerardo Mangel/Agência Senado — 21/2/2019



Relatora, Leila Barros quer aprofundar a discussão sobre o tema

Alienação parental será tema de debate hoje em comissão

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa volta a discutir hoje o projeto que propõe a revogação da Lei da Alienação Parental, alvo

de polêmica. A proposta é decorrente da CPI dos Maus-Tratos, criada em 2017. A relatora, Leila Barros, pediu a audiência para aprofundar a discussão. **4**

Comissão analisa limitar mandato de ministro do STF a oito anos 3

Comissão fez 50 audiências no 1º semestre, diz Paim

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, senador Paulo Paim, fez um balanço das atividades neste semestre. Foram realizadas 50 audiências públicas e 18 reuniões para deliberação de projetos e requerimentos, com boa participação de senadores. **4**

Fabiano Contarato cobra empenho por meio ambiente

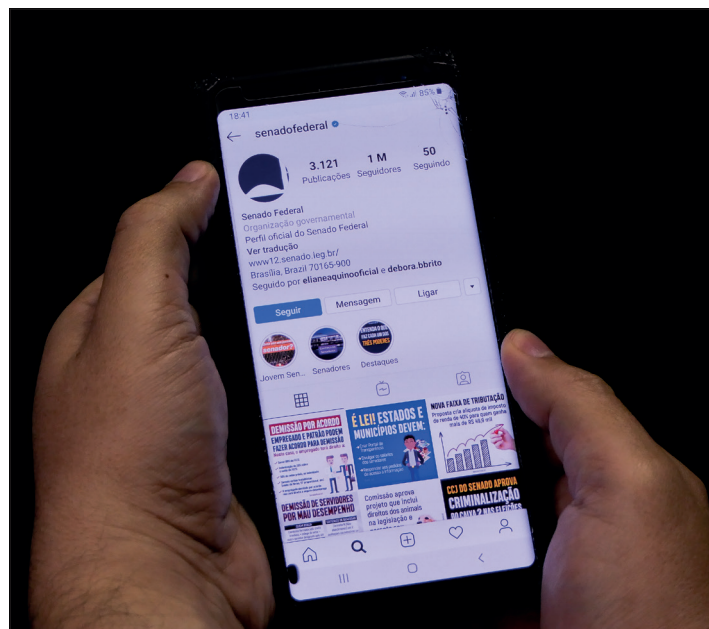
O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fabiano Contarato, cobrou mais envolvimento do Senado e da sociedade civil nas atividades do colegiado diante do “desmonte dos órgãos de defesa ambiental pelo governo federal”. **4**

Perfil do Senado no Instagram já passa de 1 milhão de seguidores

O número de seguidores do perfil do Senado no Instagram aumentou 57% nos últimos seis meses e ultrapassou a marca de 1 milhão, tornando-se o segundo maior

perfil de um órgão de governo brasileiro na plataforma.

A página do Senado no Facebook possui 3,2 milhões de seguidores e o Twitter, 797 mil seguidores. **2**



Senado tem o segundo maior perfil de um órgão de governo no Instagram

Roque de Sá/Agência Senado

JOVEM SENADOR 2019

ORÇAMENTO PÚBLICO: SUA PARTICIPAÇÃO TEM VALOR

O CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL É ABERTO A TODOS OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO MATRICULADOS EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS OU DO DF. DIVULGUE: WWW.SENADO.LEG.BR/JOVEMSENADOR

PARCERIA:

REALIZAÇÃO:

Contato: (61) 99187-2248, /SENADOFEDERAL, 0800 612211

Senado no Instagram passa de 1 milhão de seguidores

Número aumentou 57% nos últimos seis meses, tornando o perfil da Casa o segundo maior de um órgão público brasileiro na plataforma. Recorde no stories ocorreu em junho, com 60 mil visualizações

O PERFIL DO Senado no Instagram ultrapassou, no dia 5, a marca de 1 milhão de seguidores, um aumento de 57% nos últimos seis meses, tornando-se o segundo maior perfil de um órgão de governo brasileiro na plataforma. O quantitativo superou as expectativas do Núcleo de Mídias Sociais da Secretaria de Comunicação Social (Secom).

— Desde o ano passado, o perfil vem crescendo cada vez mais. Neste ano, o crescimento tornou-se mais acelerado do que o esperado. Para nós é uma grande alegria. Não esperávamos que o Instagram seria aberto ao tipo de publicação que o Senado faz, mas o perfil está sendo muito bem

recebido — diz o coordenador do núcleo, Moisés Nazário.

De acordo com ele, o perfil dos usuários do Instagram é formado por pessoas mais jovens do que o das demais redes sociais e que buscam informações mais leves. Por isso, o desafio é adaptar as informações da Casa para atrair esse público.

— O nosso recorde de visualização nos stories, por exemplo, foi em junho, com uma abordagem mais leve, partindo da ideia de que o Senado é a Casa dos Estados. Trabalhamos a ideia de que em cada estado as comidas têm nomes diferentes. Foram 60 mil visualizações.

De acordo com Moisés, a

equipe procura acrescentar à página conteúdos mais voltados para a temática cultural, como informações sobre museus, artistas brasileiros, escritores e pintores. Entre as postagens que podem ser encontradas no perfil, estão a que trata dos 180 anos de nascimento de Machado de Assis e a do Dia Mundial do Livro, em 23 de abril.

Facebook e Twitter

Hoje as principais redes sociais em que o Senado atua são o Facebook, cuja página possui 3,2 milhões de seguidores e o Twitter, com 797 mil seguidores. Somando todas as redes, a Casa já possui mais de 5 milhões de seguidores.

Empresa poderá deduzir curso superior de empregado

Um projeto para incluir as despesas com cursos de graduação e pós-graduação na lista das isenções das contribuições previdenciárias das empresas tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda designação de relator.

O PL 3.596/2019, de Wellington Fagundes (PL-MT), altera a Lei 8.212, de 1991, para assegurar que as despesas das empresas com educação superior, em benefício de seus empregados, também sejam consideradas dedutíveis das contribuições previdenciárias, como já ocorre com as despesas com educação básica, profissional e tecnológica.



Wellington diz que a medida pode beneficiar atividades tecnológicas

O texto cita pesquisa feita em 2018, em 43 países, pelo ManpowerGroup, que aponta que mais de um terço das empresas brasileiras enfrentam

dificuldades para contratar, em função da falta de capacitação técnica dos candidatos.

O projeto incentiva as empresas a contribuir financeiramente com a frequência de seus empregados nos cursos. Wellington destaca que a medida pretende produzir efeitos benéficos para as atividades tecnológicas e científicas, que exigem corpo técnico altamente capacitado e em constante qualificação e atualização. “As empresas desses segmentos são estratégicas ao desenvolvimento e ao progresso, e o capital humano está no topo da lista de seus recursos mais valiosos”, sustenta.

Senado comemora Dia da Música e da Viola Caipira

O Senado realiza hoje sessão especial em Plenário, às 10h, solicitada por Izalci Lucas (PSDB-DF) para comemorar o Dia Nacional da Música e da Viola Caipira. “As canções entoadas com o recurso da viola passam de geração em geração, cujas raízes são preservadas

e respeitadas”, argumenta o senador.

Outra homenagem é o projeto de lei que institui 13 de julho como o Dia Nacional da Música e Viola Caipira. O PL 399/2019 tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta, do deputado João

Daniel (PT-SE), recebeu parecer favorável do relator, senador Luiz do Carmo (MDB-GO). A escolha do dia 13 de julho se justifica por ser a data do nascimento do jornalista, escritor, folclorista e etnógrafo Cornélio Pires, que foi organizador e divulgador da música caipira.



Izalci (C) comanda sessão especial em homenagem aos quadrilheiros

Quadrilheiros juninos ressaltam importância social da tradição

A sessão especial em homenagem ao Dia Nacional do Quadrilheiro Junino, na sexta-feira, foi marcada pela presença de brincantes vestidos a caráter e apresentações de forró. Representantes das quadrilhas salientaram a importância cultural da atividade, que é exercida com recursos limitados, mas tem impacto econômico positivo. Eles chamaram a atenção para o papel social das quadrilhas juninas e pediram mais mecanismos de incentivo de modo a preservar a tradição.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF), autor do requerimento de homenagem, lembrou que a manifestação típica das festas juninas recebeu influência da quadrilha francesa, que se fundiu com as danças que já existiam no

Brasil. Ele cumprimentou os grupos de quadrilha do Distrito Federal, que têm conquistado títulos nacionais e já se apresentaram em outros países.

— Nossa festa junina deixou de ser local e regional. É universal, é arte pura — resumiu, lembrando que 30 milhões de pessoas participam das festas juninas em todo o país.

O pedido para a comemoração foi apoiado pelos senadores Leila Barros (PSB-DF), Angelo Coronel (PSD-BA), Lasier Martins (Podemos-RS), Jorginho Mello (PL-SC) e Zequinha Marinho (PSC-PA).

A lei que instituiu o 27 de junho como Dia Nacional do Quadrilheiro Junino (Lei 12.390) foi sancionada em 2011.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Alienação parental

10h Audiência para debater o PLS 498/2018, que revoga a Lei da Alienação Parental, com a participação das juízas Angela Gimenez e Andréa Pachá.

SESSÃO ESPECIAL Viola Caipira

10h Sessão para celebrar o Dia Nacional da Música e da Viola Caipira.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão para discursos.

TERÇA

MP 882/2019 Audiência

9h Debate sobre a MP que reformula o Programa de Parcerias de Investimentos.

CE Rodeio crioulo

11h Análise de projeto que considera o rodeio crioulo manifestação da cultura nacional.

QUARTA

CCT Verbas para institutos de ciência

10h Debate com os ministros da Ciência, Marcos Pontes, e da Economia, Paulo Guedes.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Bulte
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

PEC paralela deve incluir estado e município na reforma da Previdência

Relator da comissão especial que acompanha a proposta, Tasso Jereissati anunciou que texto principal ficará com “o grosso” da reforma

O SENADO DEVERÁ incluir os servidores públicos estaduais e municipais na reforma da Previdência Social por meio de uma segunda proposta de emenda à Constituição. O texto principal da reforma (PEC 6/2019) deverá ser acatado pelos senadores no próximo semestre.

A nova PEC caminhará ao mesmo tempo que a principal, mas permitirá que o grosso da reforma da Previdência seja promulgado mais cedo. O Senado deve analisar o texto da PEC 6/2019 em agosto, após a votação em segundo turno pelos deputados (o Plenário da Câmara aprovou o texto em primeiro turno na quarta-feira). A informação foi confirmada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator da comissão especial que acompanha a reforma da Previdência. Ele disse que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, chancelou o plano.

— Davi vai conversar com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para garantir que a PEC paralela tenha um caminho suave entre os deputados também.

Tasso se diz “extremamente favorável” à inclusão dos estados e municípios na reforma. Eles já constavam da versão original da proposta, enviada pelo Executivo, mas foram excluídos na preparação do substitutivo da comissão especial. Para o senador, isso se deveu à atmosfera conflituosa que envolveu o assunto na Câmara. Ele acrescentou que o Senado terá mais ponderação.

Desde maio o Senado se reúne com os governadores para



Waldemir Barreto/Agência Senado — 13/9/2019



Roque de Sá/Agência Senado — 27/9/2019

Tasso diz que objetivo é aprovar texto principal mais cedo e Humberto Costa concorda com inclusão de estados

articular pautas de interesse dos estados, entre as quais está a aplicação das novas regras previdenciárias para eles de imediato. O apoio à inclusão é tido como um consenso.

O senador Humberto Costa (PE), líder do PT, também está de acordo com essa alteração.

— Não é possível existirem regras para servidores públicos federais que sejam diferentes das regras para servidores públicos estaduais e municipais. A ideia de que cada estado e município defina a sua criaria uma absoluta balbúrdia no que diz respeito às aposentadorias — apontou.

Humberto alertou, porém, que ainda não tem certeza sobre o caminho escolhido para fazer essa mudança.

Em junho, a Instituição Fiscal Independente (IFI) publicou um estudo sobre a situação dos regimes previdenciários estaduais. O documento identificou quadros graves em estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde o sistema consome

cerca de 30% da receita líquida.

Para o analista responsável pelo estudo, Josué Pellegrini, confirmado como novo diretor da IFI, o déficit das previdências estaduais é bastante elevado na grande maioria dos estados e tende a crescer, pressionando e dificultando o cumprimento das outras atribuições, como saúde, educação e segurança.

O problema dos estados é agravado pelo fato de cerca de metade dos seus servidores pertencerem a categorias que têm tratamento especial, notadamente professores e militares.

Estratégia

O recurso da “PEC paralela” não é inédito e já foi usado em uma reforma previdenciária em 2003, quando o Senado analisava a proposta que se tornaria a Emenda Constitucional 41. Aquela reforma extinguiu a aposentadoria integral no serviço público e a paridade de reajustes para servidores aposentados e ins-

tituiu cobrança sobre o valor da aposentadoria. Na ocasião, senadores da base do governo que eram críticos do texto firmaram um acordo para não promover alterações sobre a proposta principal, de modo a permitir a sua promulgação rápida. Em troca, apresentaram uma segunda PEC sobre o mesmo assunto, que corrigiria os pontos polêmicos. Ela foi chamada de “paralela” porque tramitou ao mesmo tempo que a PEC que continha as regras que ela mudaria.

O senador Paulo Paim (PT-RS) foi um dos principais articuladores daquele arranjo. Ele rejeita a perspectiva de o Senado não fazer nenhuma alteração sobre o conteúdo que a Câmara enviar, mas observa que a estratégia de um texto à parte pode ser bem-sucedida.

— Eu estava rebelde em relação à reforma em 2003 e a alternativa que criamos foi a PEC paralela. Ela resolveu para melhor a situação de muitos trabalhadores. Não posso ser contra a ideia.

Chico Rodrigues pede compensação por imigrantes

Chico Rodrigues (DEM-RR) pediu na sexta-feira que o governo federal compense os cofres públicos de Roraima pelo recebimento de venezuelanos que buscam melhores condições de vida no Brasil. Segundo ele, o governo federal destinou dinheiro para o setor de saúde dos municípios de Pacaraima e Boa Vista, mas o governo do estado também precisou usar recursos próprios para atender os venezuelanos e, por isso, deve receber a ajuda da União.

— Dos 1,2 mil partos na maternidade Nossa Senhora de Nazaré, na capital, cerca de 600 são de venezuelanas.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Plínio elogia ideia de taxar fortunas de bilionários dos EUA

Plínio Valério (PSDB-AM) elogiou a iniciativa de bilionários norte-americanos que enviaram carta aos candidatos à Presidência dos Estados Unidos, democratas e republicanos, propondo a tributação das suas próprias fortunas. Para ele, o Brasil devia se espelhar nessa iniciativa e aprovar medida semelhante para auxiliar no ajuste fiscal. O senador disse que a proposta dos bilionários cria uma contribuição de 2% sobre os ativos das famílias a partir de US\$ 50 milhões, com imposto adicional de 1% para o que exceda a US\$ 1 bilhão.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Propostas fixam mandatos de ministros do STF em oito anos

Duas propostas de emenda à Constituição em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) fixam em oito anos os mandatos de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

A PEC 77/2019, do senador Angelo Coronel (PSD-BA), também altera os processos de escolha dos ministros de tribunais superiores e de magistrados de outros tribunais. Já a PEC 16/2019, do senador Plínio Valério (PSDB-AM), fixa prazos para o presidente fazer suas indicações para o STF e para o Senado analisá-las.

As mudanças propostas por Coronel limitam o mandato de ministros do STF a oito anos (permitida recondução), aumentam de 35 para 55 anos a idade mínima para compor

a Suprema Corte e detalham a escolha dos ministros, que passariam a ser indicados também pela Câmara e pelo Senado. “Não vislumbramos razão para que o presidente da República seja responsável solitariamente pela indicação das vagas nos tribunais superiores. Esse aspecto não se coaduna com a separação dos Poderes, aproximando-se mais de um sistema imperial”, justifica o senador.

A PEC propõe que três membros do STF sejam escolhidos pelo Senado, três pela Câmara e cinco pelo presidente entre ministros de cortes superiores, desembargadores ou juízes, com mais de 55 anos. A PEC também estabelece que as próximas seis escolhas sejam feitas pelo Congresso e, após

esse período, pela instituição que indicou o ministro que estiver deixando o cargo.

Para os tribunais regionais federais e do trabalho, a escolha caberia aos presidentes da própria corte. Atualmente, o cargo de ministro do Supremo é vitalício e a aposentadoria é obrigatória aos 75 anos. Pelo texto, o tempo do mandato passa a ser de oito anos, permitida recondução, e a idade para a aposentadoria compulsória cai para 70 anos. O relator da PEC na CCJ é Weverton (PDT-MA).

Já a proposta de Valério veda a recondução dos ministros para um segundo mandato. O senador também define prazos para que cargos não fiquem vagos por muito tempo no STF. Ele estabelece que o presidente da República terá de indicar ao

Senado o nome de um novo membro do STF em até um mês do surgimento da vaga. O Senado terá, então, até 120 dias para analisar a indicação.

Se o nome for aprovado, o presidente da República terá dez dias para proceder à nomeação do novo ministro.

Três propostas tramitam em conjunto com a de Valério: a PEC 35/2015, de Lasier Martins (Podemos-RS), a PEC 52/2015, de Reguffe (sem partido-DF), e a PEC 59/2015, da ex-senadora Marta Suplicy. A PEC de Lasier fixa os mandatos em dez anos, com indicações feitas pelo presidente a partir de lista tripartite. Já Reguffe sugere que os ministros sejam escolhidos por concurso público. As quatro PECs têm a relatoria de Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Câmara aperfeiçoou texto da reforma, avalia Jorge Kajuru

Jorge Kajuru (PSB-GO) manifestou na sexta-feira, em Plenário, preocupação em relação à reforma da Previdência. Para ele, a proposta traz injustiças para viúvas e viúvos e para professores e professoras do país. Mas o trabalho de análise feito pela Câmara melhorou a reforma, avaliou. Segundo ele, os deputados conseguiram aprovar três destaques importantes: regras para as mulheres e pensões, regras para policiais e tempo de contribuição para homens.

— Resultado do processo democrático de discussão da reforma da Previdência.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Audiência volta a debater hoje alienação parental

Comissão de Direitos Humanos vai discutir projeto resultante da CPI dos Maus-Tratos, que revoga a Lei da Alienação Parental e é alvo de polêmica. Foram convidados representantes de tribunais de Justiça

O PROJETO QUE propõe a revogação da Lei da Alienação Parental (LAP — Lei 12.318, de 2010) será discutido em mais uma audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) marcada para hoje.

O pedido para o debate foi feito pela relatora, senadora Leila Barros (PSB-DF).

O PLS 498/2018 é de autoria do ex-senador Magno Malta e decorreu dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos, criada em 2017. Em junho, debatedores divergiram sobre o assunto na CDH. Enquanto apoiadores da proposta destinada a revogar a LAP questionaram os efeitos



Edilson Rodrigues/Agência Senado — 13/6/2019

Leila Barros quer aprofundar a discussão antes de elaborar o relatório

da lei e o próprio conceito de alienação parental, outros especialistas criticaram a falta de meios para tornar a LAP mais efetiva.

Leila, no entanto, defende que a discussão seja apro-

fundada, antes de elaborar seu relatório. A audiência pública terá a participação de representantes dos Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro, Mato Grosso e Distrito Federal e Territórios.

Contarato cobra engajamento pelo meio ambiente

O presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Fabiano Contarato (Rede-ES), ao analisar as atividades do colegiado no primeiro semestre de 2019, considerou escassa a participação dos senadores em debates de importância fundamental para o país. Ele cobrou mais envolvimento do Senado e da sociedade civil diante do “desmonte dos órgãos de defesa ambiental pelo governo federal”.

— Quando acontece uma tragédia ambiental, todos os políticos querem aparecer. Mas na hora de participar efetivamente na comissão, ninguém comparece. As comissões sobre temas que mais causam prejuízo à população são esvaziadas, pois no Brasil banaliza-se a vida.



Marcos Oliveira/Agência Senado — 26/6/2019

Contarato criticou o baixo comparecimento em audiências

O senador salientou que a CMA promoveu nove audiências no semestre. Para ele, os debates devem ser repetidos quantas vezes forem necessárias até sensibilizar o Legislativo e o cidadão sobre a importância dos temas.

— Convidei o ministro do Meio Ambiente e compareceram quatro senadores à reunião. Convoquei o ministro de Minas e Energia e só foram três senadores.

Contarato também criticou o comportamento do Congresso diante da Medida Provisória 867/2018, que ampliava o prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental. A norma chegou a ser aprovada na Câmara, mas perdeu a validade antes de ser ratificada pelo Senado. Ele ainda lamentou que parlamentares neguem a influência do homem no aquecimento global.

— É possível o alavancamento da economia andar de mãos dadas com a preservação do meio ambiente. É o que os países desenvolvidos fazem.

Rogério se solidariza com sergipanos atingidos pela chuva

Rogério Carvalho (PT-SE) prestou solidariedade na sexta-feira, em Plenário, aos sergipanos que sofrem com fortes chuvas. Segundo ele, os danos materiais são inúmeros e resultaram em 400 pessoas desabrigadas. Na visão dele, esse tipo de desastre natural, cada dia mais comum, é resultado do desmatamento, que tem como consequência o aumento do efeito estufa, disse.

— E a gente vê líderes mundiais dizerem que não há nenhum problema.



Gerardo Magela/Agência Senado

Girão comemora aprovação da PEC do voto aberto

Eduardo Girão (Podemos-CE) comemorou na sexta-feira, em Plenário, a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da PEC 1/2019, que prevê voto aberto para eleição das mesas das Casas do Congresso Nacional.

O texto, explicou ele, também abrange as assembleias legislativas, estaduais e distrital e câmaras municipais. Girão defendeu o princípio de transparência nas deliberações administrativas que acontecem na Casa.



Gerardo Magela/Agência Senado

Izalci Lucas destaca importância de trabalho voluntário

Izalci Lucas (PSDB-DF) destacou na sexta-feira a importância do trabalho voluntário para a formação do cidadão. Ele saudou o governo pelo lançamento do programa Pátria Voluntária, que incentiva ações voltadas para a população de baixa renda. Segundo ele, sete milhões de pessoas já praticam alguma atividade voluntária no país. Izalci informou que o programa visa também incentivar o uso de espaços públicos nas áreas cultural e educacional.

— O governo ainda dará um selo para reconhecer as organizações que apoiam o trabalho voluntário.

Paim comemora alta participação na Comissão de Direitos Humanos

O semestre foi muito participativo por parte dos senadores na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), avaliou na quinta-feira o presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS). Foram realizadas 50 audiências públicas e 18 reuniões para deliberação de projetos e requerimentos. A média foi de 3 reuniões por semana, de fevereiro a julho.

— Todos os temas na linha de direitos humanos foram enfrentados. Todos! Todos aqui tiveram espaço para o bom debate — avaliou.

O senador lembrou a instalação da Subcomissão da Mobilidade Urbana, presidida por Acir Gurgacz (PDT-RO).

— Vamos trabalhar no sentido de criar uma regra para auxiliar as prefeituras a executarem os seus projetos de acessibilidade e mobilidade urbana — prometeu Gurgacz.

7 audiências sobre democracia e justiça e 3 audiências sobre mobilidade urbana e acessibilidade. Entre os temas específicos destacados por Paim, estão a alienação parental, a visão monocular, o salário mínimo, a reforma trabalhista e a reforma da Previdência.

O presidente da CDH concluiu o balanço dizendo que o projeto de reforma da Previdência, aprovado na quarta-feira, na Câmara dos Deputados, provavelmente será aprovado pelo Senado. Segundo Paim, isso é a democracia, mas o Senado deve cumprir o regimento e fazer uma revisão do projeto.



Raquel Sá/Agência Senado — 26/6/2019

De acordo com Paim, Senado vai revisar a reforma da Previdência

Balanço

Segundo Paim, as audiências públicas compuseram quatro grandes blocos temáticos: 25 audiências sobre previdência e trabalho, 18 audiências sobre direitos humanos dos vulneráveis,

Proposta incentiva ciclismo e integração no transporte público

A Comissão de Infraestrutura (CI) analisa projeto da senadora Leila Barros (PSB-DF), que favorece a prática do ciclismo e promove a integração de modais no transporte urbano.

O PL 3.598/2019 estabelece que as cidades com mais de 20 mil habitantes deverão elaborar plano de mobilidade de que promova integração

dos modais de transporte automotor, ferroviário, metroviário e cicloviário, além de promover o planejamento do transporte gerando integração entre os modais.

A proposta prevê que a construção de ciclovias ou ciclofaixas deverá passar por audiência pública para debate das características do projeto.

Styvenson vai apresentar PEC contra nepotismo

Styvenson Valentim (Podemos-RN) informou na sexta-feira, em Plenário, que está colhendo assinaturas para apresentar uma PEC para pôr fim a qualquer brecha na legislação que permita o nepotismo na administração pública. De acordo com o senador, o objetivo é alterar os artigos 37 e 87 da Constituição federal para extinguir de vez a prática no país.

— Eu quero cortar. Eu quero acabar com isso. Nem filho, nem neto, nem ninguém. Agora é de vez.



Gerardo Magela/Agência Senado

É preciso respeitar as competências de cada Poder, diz Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou na sexta-feira que o país enfrenta uma crise institucional, causada pela interferência de um Poder na competência do outro. Para o senador, a atitude vai de encontro ao funcionamento do sistema político e ameaça a democracia. Gurgacz criticou o Judiciário, por querer investigar, julgar e legislar; o Executivo, por governar por meio de decretos e medidas provisórias; e o Legislativo, por apresentar propostas de competência do Executivo.



Gerardo Magela/Agência Senado